



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Thiago André Pierobom de Ávila

Unidade: Núcleo de Gênero Pró-Mulher

Período: 1º semestre/2013

Metas estipuladas para o período
• Promover programa de formação continuada no âmbito do MPDFT em questões de gênero e ligadas à violência doméstica contra a mulher. • Promover políticas internas no sentido de se aprimorar a qualidade da informação estatística em casos de violência doméstica contra a mulher. • Realizar programa de documentação da atuação institucional do Núcleo de Gênero Pró-Mulher e dar visibilidade pública. • Ampliar e fortalecer a rede de parceria do Núcleo. • Apoiar o projeto de formação de Promotoras Legais Populares. • Participar das reuniões da Comissão Permanente de Promotores de Justiça de Violência Doméstica contra a Mulher (COPEVID). • Promover gestão com a PCDF e com a PMDF para formação em questões de gênero. • Promover pesquisa em parceria com a ESMPU para avaliar a efetividade da atuação institucional do MPDFT em casos de violência doméstica mediante a suspensão condicional do processo (ANIS). • Promover pesquisa em parceria com a ESMPU sobre as estratégias político-criminais de outros países para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher e suas perspectivas para o MPDFT.

¹ Art. 27.....

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

- I - ações ajuizadas;
- II - termos de ajustamento de conduta firmados;
- III - recomendações expedidas;
- IV - reuniões realizadas;
- V - procedimentos instaurados e
- VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados

Janeiro/2013

11/01 - Reunião com os promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica na Promotoria de Justiça de Brasília II.

14/01 - Reunião com os promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica na Promotoria de Justiça de Ceilândia.

16/01 - Reunião com a coordenação do curso de Promotoras Legais Populares para tratar do conteúdo programático e do cronograma do curso de 2013.

18/01 - Reunião com o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - Anis para tratar do andamento do projeto "Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do DF para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher".

31/01 - Reunião com a Assessoria de Políticas Institucionais, a Coordenadoria de Publicidade e os promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica para aprovação das peças publicitárias das duas últimas fases da campanha de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher produzida em parceria com a Rede Record.

Fevereiro/2013

05/02 - Reunião com o Núcleo de Prática Jurídica da UPIS para tratar da continuidade do acordo de cooperação técnica celebrado entre o MPDFT e a UPIS com o objetivo de oferecer atendimento e assessoria jurídica às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

18/02 - Reunião com a Secretaria de Estado da Mulher para tratar de assuntos relativos à Casa Abrigo e ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher, tendo em vista a atribuição do NG para fiscalizar os serviços oferecidos à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

20/02 - Reunião com o Centro Judiciário da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Família do DF – CJM/TJDFT para tratar de temas de interesse comum, como a continuidade na especialização da competência de varas mistas de JECrim e JVDPM, estratégias para a separação de vítimas e agressores nos fóruns antes das audiências, ampliação do atendimento jurídico às vítimas, entre outros.

25/02 - Reunião com a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher - DEAM cujo objetivo foi discutir a adoção de mecanismos para garantir celeridade às investigações relativas aos delitos cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

28/02 - Realização da palestra "Maria da Penha no Ministério Público: reflexões para a efetividade da



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Lei nº 11.340/2006”, ministrada pela própria Maria da Penha Fernandes e promovida pelo Núcleo de Gênero com o objetivo de conscientizar membros e servidores sobre questões de gênero e qualificá-los para atuar, de forma eficiente, nas ações de violência doméstica contra a mulher.

28/02 - Publicação da 3ª edição da cartilha “Mulher, valorize-se: conscientize-se de seus direitos”, produzida pelo Núcleo de Gênero com base na cartilha da COPEVID.

Março/2013

01/03 - Encontro temático com os promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica, membros integrantes do NCAP e das Câmaras de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal para discutir, entre outros assuntos, sobre eventual expedição de recomendação à PCDF sobre o não arbitramento de fiança em casos abrangidos pela Lei n. 11.340/2006. Diversas reuniões com a API, o NCAP e o Promotor de Justiça Fausto Rodrigues de Lima antecederam o Encontro Temático.

07/03 - Palestra ministrada para os alunos do curso de direito da UPIS, no contexto do acordo de cooperação celebrado entre o MPDFT e a UPIS.

08/03 - Mesa redonda “Gênero, Arte e Ministério Público”. Debate promovido pelo Núcleo de Gênero com o objetivo de conscientizar membros, servidores e público externo sobre as questões de gênero. Participaram do debate a socióloga Tânia Mara Campos de Almeida, a cantora Ellen Oléria e, como mediador, o Dr. Thiago André Pierobom de Ávila.

11/03 - Reunião com a magistrada francesa Céline d'Huy para apresentação do sistema brasileiro de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

12/03 - Curso “Noções introdutórias de direito para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher”, ministrado pelo coordenador do Núcleo de Gênero com o objetivo oferecer aos servidores uma visão panorâmica dos aspectos legais relativos à intervenção do Ministério Público no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

12/03 - Instauração do Procedimento Administrativo nº 08190.04438/13-43 para acompanhar situação de possível restrição ao direito à liberdade reprodutiva das mulheres.

19/03 - Curso “Aspectos avançados de direito para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher”, ministrado pelo coordenador do Núcleo de Gênero com o objetivo oferecer aos analistas processuais uma visão aprofundada dos aspectos jurídicos relativos à intervenção prática do Ministério Público no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

13, 14 e 15/03 - Reunião da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar - COPEVID, realizada em Fortaleza-CE.

20/03 - Palestra ministrada no seminário “Respostas de Polícia Judiciária ao Enfrentamento da



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Violência Contra a Mulher no Distrito Federal” promovido pela Academia de Polícia Civil.

20, 21 e 22/03 - Participação na Oficina CEAP, promovida pelo Ministério Público Militar.

22/03 - Composição de mesa em audiência pública na Câmara Legislativa sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.

26/03 - Reunião com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, cujo objetivo foi conhecer as demandas e as iniciativas dos movimentos feministas do DF.

26/03 - Visita ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher/SEM para avaliar as condições físicas das instalações, bem como o funcionamento do serviço.

27/03 - Reunião com a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR para tratar de temas relativos à liberdade reprodutiva das mulheres.

Abril/2013

31/03 a 24/04 - Período de férias.

30/04 - Reunião com a Promotoria de Justiça Criminal da Defesa dos Usuários de Serviços de Saúde – Pró-Vida para discutir o tratamento dispensado pelo Instituto de Medicina Legal às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.

Maior/2013

23/05 - Encontro Temático com os promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica, para discutir, entre outros assuntos, o protocolo para o depoimento especial de crianças e adolescentes em juízo e a obrigatoriedade de a Delegacia de Polícia comunicar imediatamente ao MP sobre o encaminhamento da vítima à Casa Abrigo, para que se avalie a necessidade de eventual requerimento de prisão preventiva.

23/05 - Reunião com a Promotoria de Justiça Criminal da Defesa dos Usuários de Serviços de Saúde – Pró-Vida e o Instituto de Medicina Legal para tratar das reclamações de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual quanto ao atendimento no IML.

27/05 - Reunião com a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – SPM/PR para tratar dos termos do acordo de cooperação técnica celebrado entre o MPDFT e a SPM, sendo acordado que o MPDFT participará da campanha “Compromisso e atitude”, tendo como focos especialmente dar maior visibilidade aos julgamentos de feminicídio e de violência sexual contra vítimas do sexo feminino, bem como do programa “Mulher Viver sem Violência”, para criação de uma “Casa da Mulher Brasileira” no DF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

28/05 - Instauração de procedimento administrativo para avaliar notícia de possível discriminação de gênero no âmbito do concurso para provimento de cargos efetivos dos quadros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Junho/2013

3 a 12/06 - Realização de programa de pesquisa acadêmica patrocinado pela ESMPU consistente em pesquisa sobre as políticas criminais de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher na França.

28/06 - Palestra "Violência de Gênero e Perspectivas para o Poder Judiciário", ministrada no V Curso de Iniciação Funcional para Magistrados, realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Outros atos reputados relevantes

- Elaboração de relatório sobre as atividades realizadas pelo Núcleo de Gênero no biênio 2011-2012.
- Elaboração de relatório sobre as ações institucionais do MPDFT voltadas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher entre os anos de 2006 e 2012.
- Elaboração, em parceria com a Corregedoria-Geral, de estatística referente à violência doméstica e familiar contra a mulher no Distrito Federal no período de 2006 a 2012.
- Publicação dos relatórios e estatísticas na página do Núcleo de Gênero na internet.
- Apresentação à Corregedoria-Geral de propostas de aperfeiçoamento da atuação do MPDFT na área de violência doméstica no sentido de facilitar a obtenção de dados estatísticos de violência doméstica.
- Apresentação à ESMPU de projeto de pesquisa propondo o estudo das estratégias político-criminais de outros países para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher e suas perspectivas para o MPDFT.
- Planejamento e coordenação do programa de intercâmbio da magistrada francesa Céline d'Huy, realizado no âmbito da parceria entre a ESMPU e a Escola Nacional da Magistratura Francesa.
- Apoio às atividades do Curso de Promotoras Legais Populares, promovido em parceria com a Universidade de Brasília.
- Entrevistas concedidas a emissoras de rádio e de televisão sobre a violência doméstica e



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

familiar contra mulher.

- Elaboração, em conjunto com as Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Brasília, de termo de cooperação técnica com a DEAM para formalização do “Projeto 30 dias”, que propõe medidas para viabilizar o término das investigações em violência doméstica no prazo de 30 dias, a contar do registro da ocorrência policial.